

Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau
Concurso Público nº. 002/CON-IPIM/2017
Fornecimento de Serviços de Design e Construção do “Pavilhão de Macau
no âmbito da participação nas convenções e exposições comerciais e de
promoção turística nos anos de 2018 e 2019”
Caderno de Encargos

1. Objectivo

1.1 Fornecimento de Serviços de Design e Construção do Pavilhão de Macau no âmbito da participação do IPIM nas convenções e exposições comerciais e de promoção turística nos anos de 2018 e 2019

1.2 Informações sobre a Participação em Actividades de MICE do ano de 2018

Data de Realização	Região/Nome da Exposição	Local	Expositores e Área Expositiva Previstos
20-22 / 03 / 2018	Incentive Travel & Conventions, Meetings China (IT&CM China)	Shanghai China	204 metros quadrados 34 expositores
15-17 / 05 / 2018	IMEX Frankfurt	Frankfurt Alemanha	96 metros quadrados 18 expositores
08 / 2018 (data exacta por confirmar)	The China Incentive, Business Travel and Meetings Exhibition (CIBTM)	Beijing China	168 metros quadrados 32 expositores
09 / 2018 (data exacta por confirmar)	Travel & Conventions, Meetings Asia (IT&CMA)	Banguecoque Tailândia	204 metros quadrados 34 expositores
16-18 / 10 / 2018	IMEX America	Las Vegas EUA	1,254 pés quadrados 16 expositores

1.3 Informações sobre a Participação em Actividades de MICE do ano de 2019

Data de Realização	Região/Nome da Exposição	Local	Expositores e Área Expositiva Previstos
03 / 2019 (data exacta por confirmar)	Incentive Travel & Conventions, Meetings China (IT&CM China)	Shanghai China	204 metros quadrados 34 expositores

05 / 2019 (data exacta por confirmar)	IMEX Frankfurt	Frankfurt Alemanha	96 metros quadrados 18 expositores
08 / 2019 (data exacta por confirmar)	The China Incentive, Business Travel and Meetings Exhibition (CIBTM)	Beijing China	168 metros quadrados 32 expositores
09 / 2019 (data exacta por confirmar)	Travel & Conventions, Meetings Asia (IT&CMA)	Banguecoque Tailândia	204 metros quadrados 34 expositores
10 / 2019 (data exacta por confirmar)	IMEX America	Las Vegas EUA	1,254 pés quadrados 16 expositores

2. Conteúdo dos trabalhos da empreitada

O conteúdo dos trabalhos consta do anexo 1 - Caderno de encargos respeitante ao plano das necessidades básicas .

3. Proposta do Plano de execução das actividades

Os interessados devem entregar a proposta dos serviços de design e construção do “Pavilhão de Macau” no âmbito da participação nas convenções e exposições comerciais e de promoção turística nos anos de 2018 e 2019”, o conteúdo inclui os arranjos gerais de todo o tipo de trabalhos, calendarização dos prazos, respectivos equipamentos e instalações, recursos humanos. Todos os detalhes devem estar em articulação com o anexo 1 do Caderno de Encargos, apresentando-se, assim, o plano de execução das actividades, avaliação de riscos e planos e medidas de contingência:

3.1 Plano de Execução de todas as Convenções e Exposições

3.1.1 Proposta para a construção e coordenação : Layout e Design do Pavilhão de Macau nas convenções e exposições comerciais e de promoção turística, instalação básica, stands exposicionais, seminários e apresentações/zonas multifuncionais, logística, trabalhos de coordenação com os expositores, entre outros, devendo os designs para os anos de 2018 e 2019 ser diferentes um do outro (isto é, deve-se submeter pelo menos 2 propostas de design) .

3.1.2 Orçamento: com base no projecto, deve-se indicar detalhadamente as despesas necessárias, as despesas de gestão administrativa, orçamento geral do evento, especificando, todas as despesas em Patacas, a forma e cronograma de pagamento ou outras condições.

3.1.3 A calendarização dos trabalhos e as descrições promenorizadas de cada item.

3.1.4 Os interessados podem apresentar propostas de design com valor acrescentado.

3.2 Planos e Mecanismos para a avaliação de riscos e situações de contingência, nomeadamente em caso de ocorrência de grande incidente ou crise no decorrer do evento, incluindo doenças súbitas, doenças infecto-contagiosas, catástrofes e incêndios, situações de violência, roubos ou outras situações urgentes.

3.3 Outros planos propostos (caso aplicável) .

4. Obrigações do adjudicatário

4.1 O adjudicatário é considerado já ter efectuado uma leitura atenta dos documentos fornecidos, tendo compreendido plenamente, através de uma observação directa e cuidadosa, outras condições relacionadas com o presente concurso, bem como os factores condicionantes existentes.

4.2 O adjudicatário obriga-se a relatar periodicamente ao IPIM o andamento dos trabalhos.

4.3 O adjudicatário obriga-se a cumprir as instruções do IPIM e outros termos fixados no contrato, esforçando-se para execução dos trabalhos e serviços definidos no contrato.

4.4 Todas as responsabilidades jurídicas e todas as despesas resultantes da contratação de trabalhadores ilegais ou de não subscrição de seguro de trabalho para os empregados, são por conta do adjudicatário.

4.5 O adjudicatário deve realizar os trabalhos conforme a respectiva calendarização.

4.6 Ao adjudicatário não serão atribuídas verbas extraordinárias, portanto o mesmo deve reservar orçamentos suficientes para as rubricas referidas no anexo I do presente Caderno

de Encargos, e suportar todas despesas extras.

4.7 O adjudicatário terá de salvaguardar os interesses do IPIM

4.8 O adjudicatário deve contratar prioritariamente os trabalhadores locais para o projecto em epígrafe.

5. Pagamento

5.1 O montante a pagar em cada prestação será conforme a calendarização de pagamento fixado no contrato celebrado entre o IPIM e o adjudicatário. O adjudicatário irá notificar o IPIM, por factura, o pagamento de cada prestação

5.2 Durante a construção, caso o adjudicatário necessite que o IPIM efectue o pagamento prévio das despesas de construção, é favor indicar na proposta (o limite máximo não pode exceder 50% das despesas de cada projecto de convenções e exposições).

5.3 As despesas com a prestação de serviços serão pagas em patacas (MOP), em cheque e à ordem do adjudicatário.

5.4 O IPIM só restituirá a caução definitiva após terminado o contrato e cumpridas todas as cláusulas

5.5 Os preços não podem ser aumentados durante a vigência de contrato.

5.6 A liquidação final será calculada conforme o quanto da utilização concreta dos serviços .

6. Sanções

6.1 Excepto por motivo de força maior, o incumprimento do prazo para a conclusão dos serviços adjudicados, implica a multa, calculada conforme estipulada no artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho e a mesma será aplicada continuamente, até que o adjudicatário cumprisse as obrigações do contrato. Se o adjudicatário não for capaz de efectuar o pagamento da referida multa, o IPIM irá unilateralmente deduzir no pagamento ao adjudicatário.

6.2 O incumprimento dos serviços adjudicados conforme a escritura pública do contrato, programa do concurso, caderno de encargos e instruções escritas do IPIM, será punido com multa no mínimo de MOP10,000.00 e máximo de MOP500,000.00 em conformidade com o grau de impacto da situação.

6.3 Em caso do incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações escritura pública do, durante a prestação de serviços do adjudicatário, causando prejuízos/danos ao IPIM, este tem direito de exigir indemnização nos termos da lei, excepto quando a fundamentação escrita invocada seja aceite pelo IPIM.

6.4 As multas supracitadas devem ser pagas ao IPIM.

7. Despesas de contrato

Nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho, as despesas com celebração do contrato, incluindo nomeadamente os encargos com o Imposto de Selo e emolumentos do notariado, correm por conta do adjudicatário.

8. Transmissão

8.1 O adjudicatário não pode transmitir a terceiros os direitos e/ou deveres do contrato, de maneira total ou parcial, definitiva ou temporária, a qualquer título, sem o consentimento escrito do IPIM

8.2 Se o IPIM autorize a transmissão referida no número anterior, o adjudicatário e o cessionário devem, conjuntamente, assumir a responsabilidade pelas obrigações contractuais perante o IPIM.

9. Subcontratação

9.1 Não pode subcontratar, total ou parcialmente, o fornecimento de serviços de Design e

Construção do Pavilhão de Macau no âmbito da participação nas convenções e exposições comerciais e de promoção turística nos anos de 2018 e 2019, sem o consentimento escrito do IPIM.

9.2 Se o IPIM autorize a situação referida no número anterior, não isentará as responsabilidades e deveres do contrato. Entretanto, o adjudicatário é responsável por qualquer omissão ou negligência que resultem de actos do subempreiteiro, do seu pessoal de serviço ou dos empregados.

10. Alteração

Pode ser alterado o contrato por escrito mediante consentimento de ambas as Partes, no caso de concordar com a proposta de alteração de cláusulas contratuais, a qual deverá fazer parte integrante do contrato como aditamento.

11. Resolução de conflitos

Os conflitos relativos ao contrato que não possam ser dirimidos por acordo das partes, serão submetidos ao Tribunal competente da RAEM.

12. Rescisão de contrato

12.1 O contrato pode ser rescindido, em qualquer momento, por mútuo acordo entre as partes contratantes.

12.2 O IPIM pode rescindir unilateralmente o contrato por razões de interesse público, devidamente justificadas.

12.3 Na verificação dos bens ou serviços fornecidos, caso seja detectado incumprimento total ou parcial, das obrigações definidas no contrato no que diz respeito à qualidade, condição e especificação dos materiais ou equipamentos entregues ou dos serviços prestados, o IPIM comunicará, por escrito, tal facto ao adjudicatário para que este substitua, por conta

própria, os serviços não qualificados dentro do prazo a definir para esse efeito. Não cumprindo por parte do adjudicatário as referidas obrigações no prazo acima indicado, e sendo uma situação grave ou as consequências resultantes podendo afectar seriamente a imagem do Governo da RAEM, o adjudicante deverá proceder à rescisão unilateral do contrato.

12.4 Não observando por parte do adjudicatário as instruções escritas do IPIM relativas ao cumprimento do contrato, não por motivo de força maior, e sendo uma situação grave ou podendo as consequências resultantes afectar seriamente a imagem do Governo da RAEM, o IPIM pode rescindir unilateralmente o contrato.

12.5 Não observando por parte do adjudicatário a atribuição de prioridade aos trabalhadores residentes no acesso ao emprego, o IPIM pode rescindir unilateralmente o contrato.

12.6 Se a multa ultrapasse 40 % em relação ao valor da adjudicação, o IPIM pode rescindir unilateralmente o contrato.

12.7 O IPIM tem o direito de rescindir o contrato, e quando exercida a rescisão do contrato, constitui um acto definitivo.

12.8 Quando a decisão de rescisão unilateral tiver sido tomada pelo IPIM por motivo de o adjudicatário ter sido legalmente sancionado, o adjudicatário deve assumir as consequências resultantes do tal facto.

12.9 Para as situações referidas em 12.3 e 12.7, o IPIM tem direito de retomar as despesas pagas ao adjudicatário, e a garantia definitiva prestada pelo adjudicatário é perdida a favor do IPIM.

13. Propriedade intelectual

13.1 Os serviços prestados e os artigos fornecidos pelo adjudicatário devem respeitar as normas jurídicas do âmbito da propriedade intelectual, internacionais e da RAEM.

13.2 O IPIM será titular dos direitos de propriedade intelectual em relação à concepção

temática apresentada pelo adjudicatário.

13.3 O adjudicatário deve garantir que o IPIM não seja envolvida em qualquer conflito relacionado com a propriedade intelectual.

14. Outras disposições

14.1 Além das cláusulas do contrato e os estabelecidos nos documentos que dele fazem parte integrante, o adjudicatário ainda fica sujeito ao D.L. n.º 63/85/M, de 6 de Julho, devendo observar nomeadamente o disposto nos artigos 43.º, 46.º, 47.º/n.º 3, 50.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º e demais legislação a respeito na RAEM.

14.2 Fazem parte integrante do contrato a escritura pública, o Programa do Concurso, o Caderno de Encargos, as orientações escritas durante a execução dos serviços adjudicados, ofícios de ambas as partes e a Proposta.

14.3 Em caso de discrepâncias ou incoerências entre os documentos referidos em 14.2, prevalece o documento mais à frente da ordem.

14.4 Em caso de discrepâncias ou incoerências entre as versões chinesa e portuguesa referidas em 14.2, prevalece a versão chinesa.